

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.765.092 - SP (2020/0248529-1)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : **KELVES APARECIDO DOS SANTOS**
ADVOGADOS : **LUCAS RENATO GIROTO - SP335409**
CAIO CESAR VIEIRA DOS SANTOS - SP390134
PATRICK MIKAEL LISBOA DE SOUZA - SP401403
AGRAVADO : **FUNDACAO DE CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO -**
FUNDACTE
ADVOGADO : **ANTÔNIO ROMUALDO DOS SANTOS FILHO - SP024373**
AGRAVADO : **MUNICIPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE**
PROCURADOR : **RENATA GALINDO ORTEGA G ABEGAO E OUTRO(S) -**
SP129359
AGRAVADO : **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE**
MESQUITA FILHO
ADVOGADO : **GERALDO MAJELA PESSOA TARDELLI - SP077852**
AGRAVADO : **FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
PROCURADOR : **HUGO VECHIATO BETONI E OUTRO(S) - SP374112**

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por KELVES APARECIDO DOS SANTOS contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "c", da CF/88, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAS PEDIDO FUNDADO EM SUPOSTA RESPONSABILIDADE CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS PARCEIRAS DE PROGRAMA DE PREPARAÇÃO AO ESPORTE POR DANOS SOFRIDOS POR ATLETA INTEGRANTE DE EQUIPE ESPORTIVA AMADORA PRELIMINAR CERCEAMENTO DE DEFESA INOCORRÊNCIA DESNECESSIDADE DAS PROVAS ORAL E PERICIAL PARA EVIDENCIAR A RESPONSABILIDADE DAS CORRÉS REJEIÇÃO MÉRITO MERO APOIO À FORMAÇÃO ESPORTIVA SEM VÍNCULO CONTRATUAL OU CONVÊNIO DITANDO REGRAS DIREITOS E OBRIGAÇÕES RECÍPROCAS DESCABIMENTO DE DEDUÇÃO DE RECONHECIMENTO DE AMPLA RESPONSABILIDADE CIVIL CAUSA DE PEDIR QUE POSSUI RELAÇÃO EXCLUSIVA COM PRETENSA OBRIGAÇÃO DE AMPARO AO ATLETA AMADOR INTEGRANTE DE EQUIPE ESPORTIVA BOLSA ATLETA RECEBIDA NO

ÂMBITO FEDERAL E QUE TAMBÉM NÃO VINCULA
QUAISQUER DOS RÉUS LESÃO EVENTO FORTUITO
QUE PODE OCORRER COM QUALQUER ESPORTISTA
RESPONSABILIDADE CIVIL NÃO EVIDENCIADA
SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA APELO
NÃO PROVIDO

Quanto à controvérsia, pela alínea "c" do permissivo constitucional, concerne à responsabilidade civil das recorridas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar com precisão quais dispositivos legais seriam objeto de dissídio interpretativo, o que atrai, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nessa linha, o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no sentido de que, “uma vez observado, no caso concreto, que nas razões do recurso especial não foram indicados os dispositivos de lei federal acerca dos quais supostamente há dissídio jurisprudencial, a única solução possível será o não conhecimento do recurso por deficiência de fundamentação, nos termos da Súmula 284/STF”. (AgRg no REsp 1.346.588/DF, relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, DJe de 17/3/2014.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no AREsp 1.616.851/SP, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 21/8/2020; AgInt no AREsp 1.518.371/RJ, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 15/5/2020; AgInt no AREsp 1.552.950/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 8/5/2020; AgInt no AREsp 1.023.256/SP, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 24/4/2020; e AgInt nos EDcl no AREsp 1.510.607/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 1º/4/2020.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente